

UMA AÇÃO DE EDUCAÇÃO POPULAR EM SAÚDE COM A POPULAÇÃO LGBTQIA+ EM UMA PARCERIA ENTRE UBS, CAPS ADULTO, CAPS AD E SERVIÇOS INTERSETORIAIS EM SÃO PAULO/SP

Afonso Luis Puig Pereira ¹

Melina Alves de Camargos ²

Edeli Macedo ³

CARACTERIZAÇÃO DO PROBLEMA

O direito e acesso se configuram como eixos centrais da política de saúde, formalizados na Constituição Federal de 1988 e concretizados por meio da criação do Sistema Único de Saúde (SUS) (BRASIL, 1988). Nesse sentido, refletir sobre as dificuldades de acesso à saúde enfrentadas por determinados grupos como, por exemplo, a população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexual e demais orientações sexuais e identidades de gênero (LGBTQIA+), é uma demanda urgente nos serviços.

Dentre o conjunto da população LGBTQIA+, Mello et al. (2011) indicam que travestis e transexuais são os segmentos que mais enfrentam entraves quanto ao acesso e permanência nos serviços do SUS. Essas dificuldades são percebidas não apenas em atendimentos especializados, mas abarcam os diferentes *settings* de cuidado à saúde, configurando-se como uma população pouco assistida pelos equipamentos da rede.

Segundo Rocon et al. (2016), travestis e transexuais muitas vezes não procuram os serviços de saúde por medo de discriminação. Assim, pensar em educação popular em saúde pode ser uma estratégia para combater o preconceito de gênero e promover discussões nesse âmbito.

Considerando este panorama e enquanto profissionais da assistência da Rede de Atenção à Saúde, em especial da Unidade Básica de Saúde (UBS) e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) (Álcool e Drogas - AD - e Adulto), notamos, em termos práticos, o número reduzido de pessoas LGBTQIA+ atendidas, em especial, pessoas transgêneros. Deste

¹ Mestre em Ciências pela USP; Cirurgião-dentista Sanitarista no Hospital Israelita Albert Einstein - SP, afonsopereira@alumni.usp.br

² Mestranda do Programa de Mestrado Profissional de Terapia Ocupacional e Processos de Inclusão Social - USP; Terapeuta Ocupacional Sanitarista no Hospital Israelita Albert Einstein - SP, melinacamargos.to@gmail.com

³ Terapeuta Ocupacional, Especialista em Saúde Mental com ênfase em Dependência Química, no Hospital Israelita Albert Einstein - SP, edeli.macedo@gmail.com

modo, o disparador da ação do presente relato surgiu quando um cirurgião-dentista da UBS estava em atividade na campanha de vacinação contra COVID-19. Em um dado momento, ao receber o documento de identificação de uma pessoa para realizar o registro, notou que o nome e foto não eram compatíveis com a imagem da pessoa. Evidentemente, se tratava de uma pessoa transgênero. Isso, imediatamente, o impeliu a refletir o motivo de pessoas transgênero acessarem os serviços de saúde apenas em situações específicas e/ou emergenciais, e não para cuidado longitudinal.

Deste incômodo, que não foi contido em corpo individual, mas coletivizado com demais profissionais da rede, surgiu a iniciativa de transcender as ações ofertadas até então, delineando espaço e diálogo com essa população além de problematizar a assistência oferecida pela Redes de Atenção Primária à Saúde (RAPS).

Assim, no dia 30 de junho de 2021, uma UBS em parceria com os CAPS Álcool e Drogas (AD) e Adulto do município de São Paulo/SP desenvolveram uma ação de educação popular em saúde que buscou ampliar as possibilidades de porta de entrada no SUS para essa população, construindo novos vínculos, aproximações e itinerários em saúde.

DESCRIÇÃO

Em uma perspectiva sócio-histórica de educação em saúde, a práxis educativa tem sofrido releituras e modificações desde o modelo higienista, passando pelo sanitarismo (SOUZA; JACOBINA, 2009; DONATO, 2009; FALKENBERG, 2014). Posteriormente, a Reforma Sanitária brasileira, movimento que teve participação popular e vinculação com as lutas políticas e sociais (PAIM, 2008), associado a Movimentos de Educação Popular, protagonizados pelo educador Paulo Freire influenciaram fortemente a área da educação em saúde. Baseia-se no diálogo com os saberes populares de usuários dos serviços de saúde e analisando-se criticamente a realidade (FALKENBERG, 2014). Portanto, a educação popular em saúde foi o referencial teórico que norteou a proposta.

Nossa proposta foi trabalhar junto à comunidade noções de determinação social de saúde. Para isso, o recurso metodológico empregado foi a roda de conversa. Essa estratégia consiste em discussões coletivas acerca de determinado tema, através da criação de espaços dialógicos democráticos, favorecendo o compartilhamento, a troca e a reflexão, a aprendizagem significativa, desconstruindo e ressignificando consensos, conceitos e a própria vida (OLIVEIRA et al., 2019).

A proposta educativa partiu de uma sugestão em desenvolver ação voltada para população LGBTQIA +, dentro do serviço de saúde, para que pudéssemos reafirmar o acesso à saúde e discutir junto a este grupo temáticas pertinentes. Paralelamente, sabendo-se dos entraves sociais que esta população sofre em relação ao acesso, muitas vezes devido ao distanciamento dos profissionais de saúde no que concerne discussões de gênero e identidade sexual, pensou-se que esta configuração educativa poderia proporcionar aproximação e conhecimento aos trabalhadores da saúde, se assim o desejassem.

Para sensibilização dos profissionais da UBS foi desenvolvida uma estratégia pedagógica através de dramatização com dois homens, trabalhadores do serviço de saúde, os quais de mãos dadas insinuavam formar um casal. A intencionalidade foi despertar a reflexão do quanto aquela cena provocava constrangimento e desconforto em comparação a um casal heterossexual. Cabe salientar um primeiro fator dificultador: o preconceito no próprio serviço de saúde. Houve profissionais que espontaneamente se dispuseram a compor a ação. Outros, por diferentes razões, não demonstraram interesse.

Em um efeito cascata, os trabalhadores foram se engajando, convidando uns aos outros e formando um grupo ampliado. Até o dia da ação, 28 profissionais se propuseram a participar, seja de forma direta ou indireta. Esta equipe multiprofissional trabalhou em prol de dois objetivos principais: abrir as portas dos serviços de saúde e aprender sobre quais são as reais necessidades de saúde da população LGBTQIA +. O convite de participação no evento foi estendido a outros equipamentos e setores: Aliança LGBTI, Conselho Gestor, Centro de Cidadania LGBTQIA +, Associação de Moradores do território e ONGs locais.

Como passo inicial para a operacionalização da atividade, foi solicitado aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) o contato de LGBTQIA+ com enfoque em transgêneros. Entretanto, recebemos um número reduzido de informações. Notava-se, claramente, um segundo entrave: onde está esta população? Ao conversarmos com os ACS, o posicionamento muitas vezes era de apoio, em que se colocava a dificuldade de aproximação de pessoas LGBTQIA+ que não haviam "se assumido" socialmente, portanto, havia um constrangimento do ACS perguntar se gostaria de participar da ação ou em dar o telefone. Em outros casos, os ACSs reportavam que não havia ninguém "assim" na minha área".

De toda forma, a partir das informações recebidas, realizamos o contato por telefone, apresentamos os objetivos e formalizamos o convite para irem até a UBS para nos conhecer e construir conosco os detalhes da ação. Nesses encontros, todos se apresentavam, em roda, horizontalizando a relação, e os profissionais emitiam seus desejos de concepção do evento numa proposta clara e de abertura dos serviços. Nestes encontros foi possível apreender

dificuldades inerentes à identidade de gênero e algumas dificuldades reforçadas pelos serviços de saúde, como o desrespeito ao nome social.

Assim, junto às propostas da comunidade, a ação foi se configurando. Ao final, foram definidas cinco rodas de conversa com os seguintes temas: harmonização e alterações corporais; violência e acolhimento; corpo, gênero e identidade; saúde mental e saúde bucal. Destaca-se que cada roda seria composta por facilitadores, responsáveis por guiar a roda e mediar as discussões, e relatores que escreveriam as ATAs e controlariam o tempo. Foi estabelecido que cada roda de conversa teria duração de 30 minutos.

Os profissionais envolvidos mobilizaram e decoraram a unidade com cartazes e filipetas, bexigas coloridas com as seis cores representativas da bandeira LGBTQIA+. Devido à pandemia, as rodas de conversa foram organizadas em espaço aberto e arejado, ao lado de fora da UBS. É importante salientar que o evento foi financiado pelos próprios profissionais de saúde através de uma divisão equitativa, excetuando-se o material de papelaria, no qual tivemos apoio institucional.

Durante toda a ação participaram 53 pessoas, representadas ali por profissionais da saúde da assistência e gestão, da assistência social e pela população do território.

No dia do evento, notou-se certo estranhamento da ação por parte da população presente na UBS e de parte dos profissionais. O evento iniciou com uma fala de abertura agradecendo às pessoas que participaram da construção da ação e relatando que aquele dia era um marco para todos, sendo um movimento de superação de práticas assistencialistas excludentes e violadoras de direitos.

A primeira roda de conversa sobre Harmonização e Transformações Corporais foi conduzida por dois graduandos de medicina com apoio de uma médica preceptora e os relatores foram um auxiliar administrativo e uma dentista. A condução da roda foi feita através de gamificação "verdadeiro ou falso" após assertivas serem apresentadas pelos condutores. Essas frases eram problematizadas e algumas questões a respeito do tema foram discutidas, a saber: reversibilidade do processo de harmonização, pólos de terapia hormonal no SUS, representatividade das pessoas trans e a relação com os profissionais de saúde. Este momento teve duração de 1h e contou com a presença de 30 pessoas.

A segunda roda aconteceu com a temática de Violência e Acolhimento e contou com a condução de uma terapeuta ocupacional, uma profissional de educação física e uma assistente social. A relatoria foi realizada por dois dentistas. Perguntas norteadoras sobre a temática foram feitas e as pessoas trouxeram relatos pessoais ou de terceiros. A participação aumentou de forma gradativa e temas como violência sofrida, opressão, preconceito, consumo nocivo de

substâncias psicoativas, prostituição, desconstrução das normativas, realidade social binária e respeito foram abordados. Algumas palavras como empatia e resistência permearam fortemente esta roda que durou cerca de 1h e 30m e contou com a presença de 29 pessoas.

A terceira roda de conversa sobre Identidade de Gênero foi conduzida por uma psicóloga, uma fisioterapeuta, um dentista e uma graduanda de medicina. Foram problematizadas questões relativas à sociedade binária, gênero fluido e orientação sexual com suas implicações sociais, legais e políticas. A questão do trabalho foi fortemente discutida devido a marginalização de pessoas transgênero no mercado de trabalho. Em determinado momento uma participante trans preta relatou: “a pandemia colocou o mundo em isolamento desde março do ano passado. Nós, transsexuais, vivemos isolamento social”. Após essa fala houve um pleito por reparação de direitos. Essa roda teve a duração de cerca de 40 minutos e contou com a presença de 30 pessoas.

A roda sobre Saúde Mental foi conduzida por uma terapeuta ocupacional, uma psicóloga e um arte terapeuta. A relatoria foi feita por uma dentista e uma fisioterapeuta. A roda começou com um poema que trazia problematizações acerca do acesso aos serviços de saúde e ao (des)preparo presente nas práticas assistenciais em saúde. O poema foi escrito para esta ação e objetivou provocar incômodos geradores de ação. Muitas pessoas se posicionaram trazendo falas sobre falta de representatividade, violência de gênero e racismo, suicídio, falta de preparo do profissional de saúde e do serviço. Essa roda durou cerca de 40 minutos e contou com a presença de 38 pessoas.

A última roda de conversa programada abordou a temática de Saúde Bucal. Esta foi conduzida por duas técnicas de saúde bucal, uma nutricionista e a relatoria foi feita por uma dentista. A metodologia utilizada foi gamificação através de perguntas disparadoras que deveriam ser respondidas em pequenos grupos de três pessoas. Discussões a respeito da cárie, orientações de higiene bucal, importância da dieta na saúde em geral, transtornos alimentares, sensibilidade dental e acesso ao dentista foram assuntos levantados. Esta teve a duração de 40 minutos e contou com 35 participantes.

LIÇÕES APRENDIDAS

Ações intersetoriais como esta precisam compor a assistência em saúde por serem capazes de provocar mudanças de paradigmas assistenciais, além de apoiar o processo de vinculação e acesso de pessoas que geralmente sofrem situações de exclusão também por parte dos serviços de saúde. A partir desta experiência, percebemos a necessidade de

mudanças urgentes nos serviços de saúde, como maior capacitação dos profissionais, respeito à identidade de gênero e aumento da representatividade. Sinalizamos também a importância de empenhar gestores para mudança das realidades locais, uma vez que a presença destes propiciou o início de uma parceria entre o setor de Recursos Humanos da Instituição e o Projeto Municipal Transcidadania.

RECOMENDAÇÃO

Recomenda-se a continuidade de ações de educação popular com a ampliação dos atores envolvidos, além da concretização de mudanças indicadas para os serviços de saúde no dia da ação. Sugere-se também a incorporação dos saberes dos sujeitos, além das práticas populares de cuidado no cotidiano das práticas profissionais. Entende-se que esta ação pode inspirar e apoiar outros equipamentos da saúde. Ademais, buscamos, cada vez mais, sermos serviços produtores de saúde que buscam a construção de projetos terapêuticos individuais e coletivos promotores de mudanças sociais.

Palavras-chave: Educação em Saúde; Atenção Primária à Saúde; Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexuais, Assexuais e Outras Identidades.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Centro de Estudos, Pesquisa e Prática em APS e Redes (CEPPAR) da Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Albert Einstein pelo apoio científico despendido, principalmente, à Letícia Yamawaka de Almeida, Camila Nascimento Monteiro e Daiana Bonfim e às gestoras Aline Miranda, Amanda Menon e Raquel Favaro.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05.10.1988. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao>.
- MELLO, Luiz et al. Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil: em busca de universalidade, integralidade e equidade. Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana, n. 9, p. 7-28, 2011.
- ROCON, Pablo Cardozo et al. Dificuldades vividas por pessoas trans no acesso ao Sistema Único de Saúde. Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, p. 2517-2526, 2016.

BRASIL. Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 set. 1990a

BRASIL. Lei n.º 8142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 de dezembro de 1990b

SOUZA, I. P. M. A.; JACOBINA, R. R. Educação em saúde e suas versões na história brasileira. Revista Baiana Saúde Pública. Salvador, v. 33, n. 4, p. 618-627, 2009.

FALKENBERG, M. B. et al. Educação em saúde e educação na saúde: conceitos e implicações para a saúde coletiva. Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 847-852, 2014.

PAIM, JS. Reforma sanitária brasileira: contribuição para a compreensão e crítica [online]. Salvador: EDUFBA; Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2008. 356 p. ISBN 978-85-7541-359-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>

OLIVEIRA, F. D. DE; SANTOS, J. G. W.; SOARES, U. DA S.; MELO, R. H. V. DE; MELO, M. L. DE; MEDEIROS JUNIOR, A. A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NA PRÁTICA DO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. Revista Ciência Plural, v. 4, n. 2, p. 6-20, 12 fev. 2019